

Governador chama Sarney de descortês

ANAMARIA DE ANGELIS
Correspondente

Rio — "Nem Figueiredo procedeu assim com Brizola", reclamou o governador da Bahia, Waldir Pires, ao definir como "descortesia" a atitude do presidente José Sarney de não convidá-lo para a inauguração hoje da hidrelétrica de Itaparica, na fronteira do território baiano com os estados de Pernambuco e Alagoas. "A descortesia não é comigo, mas com o povo da Bahia", completou.

Waldir Pires, que veio ao Rio para participar da homenagem promovida pela Assembléia Legislativa à sua mulher Yolanda, agraciada com o título de Cidadã Benemérita do Rio de Janeiro, por iniciativa da deputada Heloneida Studart, uma das principais lideranças do PSDB local, disse que o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, por telefone, havia lhe feito o convite, mas o Palácio do Planalto resolveu ignorá-lo.

A hidrelétrica de Itaparica é uma obra que se arrastou por sete anos para integrar o complexo hidrelétrico de Paulo Afonso, explorando o potencial das águas do rio São Francisco. Esta obra, de acordo com o governador baiano, "é de extrema importância para a Bahia". O presidente da República e comitiva vão desembarcar em território baiano, no município de Paulo Afonso. Mas dos três governadores estaduais envolvidos com os benefícios da hidrelétrica, apenas Miguel Arraes, hoje com boas relações com o Palácio do Planalto, estará presente — o governador de Ala-

goas, Collor de Melo, está rompidamente com Sarney.

O governador da Bahia disse que se fosse convidado, compareceria à solenidade — o seu governo estará representado pelo vice-governador Nilo Coelho — "porque seria o meu dever". Lamentou que o Planalto e o presidente José Sarney confundam "questões políticas com questões pessoais".

— Ora, eu não poderia abrir mão de posições contra os cinco anos de mandato, esta política econômica implementada, que é perversa para o povo, e de criticar o acordo para negociar a dívida externa, porque iria contra as minhas convicções — sustentou.

Waldir Pires negou que esteja negociando a sua ida para o PSDB (o partido que hoje homenageou a sua mulher, no Rio), porque ainda acredita na possibilidade de "resgatar o PMDB para as lutas identificadas com as aspirações do povo". De acordo com o governador, "isto só será possível se o partido deixar de ser frente e passar a ser partido". O governador baiano não quis sinalizar o seu destino partidário caso "o PMDB não tenha futuro, porque sou um homem de ação e não raciocino em cima de hipóteses de fracassos. Não antecipo fracassos". O governador ainda continuava achando que os dissidentes do PMDB que formaram o partido dos tucanos, se precipitaram tacticamente:

— O ideal era ter esperado o final da Constituinte, para brigar por uma definição no interior do PMDB — disse.

Collor paga os marajás

A possibilidade de intervenção federal em Alagoas foi afastada ontem pelo Supremo Tribunal Federal. Por unanimidade, os ministros consideraram prejudicado o pedido de intervenção feito pelo Tribunal de Justiça do Estado em março porque o governador Fernando Collor está pagando os salários atrasados dos magistrados desde maio.

Segundo informações do Tribunal de Contas de Alagoas, a diferença dos vencimentos congelados dos marajás do TC de 23 de março de 87 a janeiro de 88 vem sendo paga em parcelas. As primeiras duas já foram quitadas. O presidente do Tribunal de Justiça, Eraldo de Castro, autor do pedido de intervenção enviou telegrama em agosto ao

presidente do Supremo, Rafael Mayer, informando que os salários dos magistrados, membros do Ministério Público, procuradores e consultores também estão sendo pagos.

O presidente do Tribunal informou que as vantagens dos funcionários foram reconduzidas, de acordo com a Lei Estadual 4.617/84. O pagamento está sendo feito em seis parcelas, desde junho.

A partir das informações prestadas pelos presidentes dos tribunais, os ministros consideraram prejudicado o pedido. O Tribunal decidiu pedir intervenção no início do ano porque o governador Fernando Collor recusava-se a pagar os salários dos marajás alegando falta de recursos.

CORREIO BRAZILENSE